

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Ex-chefe da FAB relata reunião para o golpe

Baptista Junior implica Bolsonaro e diz que houve discussão para a prisão de Moraes

» MAIARA MARINHO

O ex-comandante da Aeronáutica Carlos Almeida Baptista Junior confirmou, em depoimento ao Supremo Tribunal Federal (STF), que houve uma reunião com o então presidente Jair Bolsonaro, em 14 de novembro de 2022, na qual foi apresentada uma “minuta de golpe” aos chefes das Forças Armadas.

No encontro, segundo Baptista Junior, estavam o ministro da Defesa à época, Paulo Sérgio Nogueira, e os então comandantes da Marinha, Almir Garnier, e do Exército, Freire Gomes. Nogueira teria dito que estava de posse de um documento, para análise dos chefes das Forças Armadas, que tratava sobre o estado de sítio no país. “Eu achava que não existiam os pressupostos básicos para o estado de sítio, não imaginava que fosse aparecer essa situação”, comentou no depoimento. Ele disse ter perguntado: “Esse documento prevê a não assumpção, no dia 1º de janeiro, do presidente eleito?”.

De acordo com o ex-comandante da FAB, nenhum dos presentes afirmou verbalmente que se tratava da “minuta do golpe”, mas ele entendeu que sim, pelo silêncio que houve no Salão Verde do Palácio do Alvorada. Baptista Junior relatou ter se levantado e ido embora, após afirmar que não admitia sequer receber o documento.

“Eu tinha um ponto de corte, que era o dia 1º de janeiro, dia da posse do presidente eleito. Não faço juízo de ideologia, é o processo democrático”, reiterou.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



O ex-comandante da FAB Baptista Junior testemunhou no STF contra o “núcleo crucial” do golpe

Baptista destacou que o general Freire Gomes também condenou a iniciativa, enquanto Garnier e Nogueira ficaram calados. “Depois que saí da reunião, não sei o que foi debatido”, afirmou.

Marinha

Ele relatou que, em outro encontro com a presença dos comandantes, Garnier colocou as tropas da Marinha à disposição de Bolsonaro para levar a cabo o golpe.

No depoimento, o ex-comandante da FAB detalhou as discussões internas no governo após a vitória do presidente Luiz

Inácio Lula da Silva, incluindo pressões e alegações de fraude nas urnas eletrônicas.

“Eu estava convencido da lisura do processo eleitoral”, comentou Baptista, que disse ter mencionado isso a Bolsonaro em diversas ocasiões após o segundo turno.

Durante a avaliação de medidas para manter Bolsonaro no poder, trabalhou-se também a hipótese de acionamento da Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Segundo Baptista Junior, Freire Gomes ameaçou, então, prender o presidente, caso o objetivo da GLO fosse impedir a posse de Lula.

Divulgação/MB



Garnier teria colocado as tropas à disposição para o golpe de Estado

Saiba mais

Veja a seguir alguns pontos do depoimento de Baptista Junior

» Brainstorming e prisão de Moraes

Baptista Junior narrou que, em um dos encontros com Bolsonaro e auxiliares após o segundo turno das eleições de 2022, foi realizado um brainstorming (tempestade de ideias). Na ocasião, a prisão do então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, foi uma hipótese mencionada.

» Lisura das urnas eletrônicas

No depoimento, o ex-chefe da Aeronáutica também afirmou que comunicou Bolsonaro de que não havia evidências de que as urnas eletrônicas tivessem falhas.

» Marinha à disposição para golpe

A versão de que o almirante Almir Garnier, então chefe da Marinha, colocou suas tropas à disposição do ex-presidente para dar o golpe

foi reafirmada por Baptista Junior. “O almirante Garnier não estava na mesma sintonia, na mesma postura que o general Freire Gomes. Em uma dessas reuniões, chegou a um ponto em que ele falou que as tropas da Marinha estariam à disposição do presidente”, relatou.

» Ameaça de prisão a Bolsonaro

Baptista Junior também confirmou que o general Freire Gomes ameaçou prender Bolsonaro caso houvesse um decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para evitar a posse de Lula. O alerta foi feito em uma reunião no Palácio da Alvorada em novembro daquele ano. “General Freire Gomes é uma empresa polida. Não falou com agressividade, mas é isso que ele falou: ‘Se o senhor fizer isso, vou ter que te prender’. Foi algo assim”, disse.

» Aviso a Heleno de que FAB estava fora

Segundo relatou no depoimento, o ex-chefe da Força avisou o chefe do Gabinete de

Segurança Institucional (GSI) de Bolsonaro, general Augusto Heleno, que a FAB não participaria de uma tentativa de golpe.

» O encontro ocorreu em uma formatura do Instituto de Tecnologia Aeronáutica (ITA), em que Heleno prestigiava o neto na colação de grau, e foi convocado para uma reunião emergencial por Bolsonaro. Heleno, então, pediu uma carona para Brasília em um avião da Força.

» Os dois teriam se dirigido a uma sala, onde o comandante da Aeronáutica alertou Heleno que não admitiria tentativa de golpe. “Eu falei: ‘General, nós nunca conversamos sobre esse assunto. Não é normal o senhor sair no meio da formatura para uma reunião de emergência. No clima que o Brasil está, preciso falar algo para o senhor. Eu e as Forças Aéreas não vamos apoiar ruptura institucional’”, afirmou Baptista Junior no depoimento ao STF.

Secretário dos EUA avalia sanção a Moraes

» RAFAELA GONÇALVES

Gustavo Moreno/STF



Moraes comanda o processo contra golpistas bolsonaristas

O secretário do Departamento de Estado norte-americano, Marco Rubio, disse, ontem, que os Estados Unidos avaliam criar sanções contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), por censura e perseguição política ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

“Isso está sob análise no momento e há uma grande possibilidade de que aconteça”, afirmou Rubio, em um depoimento na Comissão de Relações Exteriores do parlamento americano, após ser questionado pelo deputado republicano Cory Lee Mills.

Mills alega que Moraes pode ser alvo da Lei Magnitsky — legislação que permite que o governo norte-americano puna autoridades que tenham violado os direitos humanos.

As sanções podem incluir questões econômicas, como bloqueio de bens e contas nos EUA, além de proibição de entrar no país.

“Temos visto uma censura generalizada e perseguição política a toda a oposição, incluindo jornalistas e cidadãos comuns. E o que estão fazendo agora é

uma iminente prisão por motivos políticos do ex-presidente Bolsonaro. Essa repressão se estende para além das fronteiras do Brasil e atinge indivíduos

em solo americano”, argumentou o deputado.

A situação acontece em meio ao avanço das investigações que apuram o envolvimento de Bolsonaro em uma trama golpista para impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O descontentamento com decisões do ministro tem motivado pedidos de retaliação por parte de parlamentares norte-americanos.

Essa não é a primeira vez que Moraes é alvo de pressões por parte do governo dos EUA. Em fevereiro, o Departamento de Estado divulgou uma mensagem com referências explícitas à determinação feita pelo ministro para a exclusão de contas de bolsonaristas em redes sociais.

À época, o órgão afirmou que “bloquear o acesso à informação e impor multas a empresas sediadas nos EUA por se recusarem a censurar pessoas que vivem nos Estados Unidos é incompatível com os valores democráticos, incluindo a liberdade de expressão”.

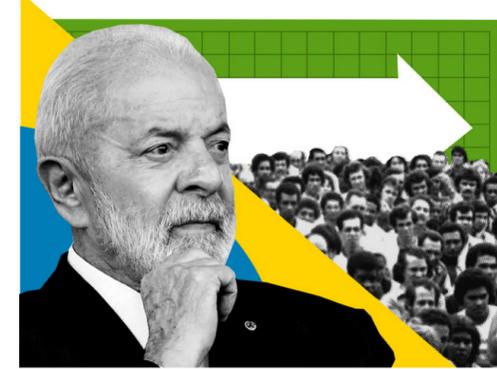
NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



Lula mira reeleição com luz de graça e descontos para os mais pobres

Com pompa e circunstância, tendo ao seu lado os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, medida provisória (MP) que visa reduzir a conta de luz no país. Com gratuidade e descontos para famílias de menor renda, abertura do mercado de energia e revisão dos benefícios fiscais para o setor, a MP precisará ser aprovada pelo Legislativo dentro de 120 dias.

Com a popularidade em baixa, de olho na própria reeleição, Lula adotou o velho discurso do Robin Wood, o lendário herói do folclore inglês, que virou personagem da literatura, do teatro e do cinema. Era um arqueiro e espadachim habilidoso, renegado pela nobreza, que passou a roubar dos ricos para dar aos pobres. É uma fábula medieval da redistribuição de renda. “Todo mundo sabe que o povo mais pobre, que a classe média brasileira paga mais do que as pessoas que utilizam energia pelo mercado livre, que normalmente são os empresários”, disse Lula.

“E os pequenos comerciantes, o pequeno empresário e o povo em geral terminam pagando mais caro na energia do que aqueles que consomem muito, aqueles que são os grandes empresários brasileiros”, acrescentou. Os ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e da Casa Civil, Rui Costa, em coletiva de imprensa, explicaram que a medida vai garantir gratuidade do fornecimento de energia para 40 milhões de brasileiros de baixa renda e descontos para mais 60 milhões.

Ficarão isentas da conta de luz famílias com renda per capita de até meio salário mínimo (R\$ 759 atualmente) que consumam até 80 kWh/mês. Já famílias com renda per capita entre meio e um salário mínimo (R\$ 1.518) que consumam até 120 kWh/mês terão desconto de cerca de 12% na conta, pois não vão pagar a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) inclusa no valor da energia. As concessionárias terão um prazo de até 45 dias para se adaptarem. A isenção e o desconto terão custo estimado em R\$ 3,6 bilhões para os cofres públicos.

Lula dobra a aposta na sua política de redistribuição de renda por meio dos mecanismos de que o Estado dispõe. É uma velha estratégia de governantes que desejam aumentar sua popularidade, desde o presidente Getúlio Vargas. Reflete uma visão na qual a centralidade da política está na ação do Estado e não da sociedade civil, privilegia a relação direta do governante com o povo, sem intermediários.

Na terça-feira, Lula havia sido vaiado três vezes durante sua participação na Marcha dos Prefeitos, em Brasília: na entrada, no início e ao final de seu discurso. Embora também tenha recebido aplausos, as vaias sobressaíram. Lula não respondeu às manifestações, mas ironizou o discurso de abertura proferido por Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que o havia criticado momentos antes. “Hoje, o presidente da CNM voltou a ser o velho Paulo Ziulkoski, com um discurso mais inflamado e contundente — como sempre deveria ser um representante dos prefeitos”, afirmou.

Ligação direta

Uma das dificuldades de Lula para recuperar a popularidade são as mudanças que ocorreram na política brasileira. De um lado, a sociedade civil deixou de ser uma trincheira da esquerda, como ocorreu durante o regime militar, porque suas lideranças foram cooptadas para atuar no governo. Resultado: cada vez mais associações de moradores, clubes sociais e entidades corporativas estão sob controle de lideranças de direita, sobretudo pastores e militantes bolsonaristas.

Os sindicatos, cuja emergência na política marcou o século passado, com a chamada Era Vargas, e que são o lócus privilegiado da atuação do PT desde as greves do ABC de 1978, lideradas por Lula, já não têm o mesmo peso na representação popular, devido a mudanças estruturais dos processos produtivos. Nunca no país houve uma situação em que o poder de barganha dos sindicatos diminuiu com a expansão do emprego.

De ouro lado, a Constituição de 1988, ao reconhecer os municípios como entes federados, enfraqueceu o poder dos governadores na relação com a União, que passou a se relacionar também com os municípios. Essa mudança favoreceu fortemente a reeleição de Lula em 2006, ao permitir a implantação do Bolsa Família a partir da ação direta do governo federal junto aos prefeitos de todos os partidos. Entretanto, essa relação direta do governo federal com os prefeitos foi alterada profundamente com as emendas impositivas ao Orçamento da União.

A maior parte das verbas federais destinadas aos municípios é carimbada, como se diz no jargão administrativo. Isso significa que precisa ser transferida automaticamente do governo federal para as prefeituras. Os investimentos em obras e serviços, que antes levavam os prefeitos à peregrinação na Esplanada dos Ministérios, porém, agora são distribuídas por deputados e senadores, que controlam esses recursos por meio de emendas impositivas. Hoje, os prefeitos dependem mais do Congresso do que dos ministros.